



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Edital nº 90.024/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 29 de abril de 2026

EDITAL DE LICITAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90.024/2026 UASG: 980921	DATA DE ABERTURA: 15/05/2026 HORÁRIO: 09h30min. SÍTIO: https://www.gov.br/compras/pt-br
--	---

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11109.000192/2026	ÓRGÃO INTERESSADO: Central Permanente de Licitação – CPL
OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, por meio de Pregão Eletrônico, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais).	
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO: Verificar Item 15.5 do Termo de Referência – Anexo I, e item 19 do Edital.	QUANTIDADES DE ITENS/GRUPOS: 3 ITENS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR ITEM
FORMA DE FORNECIMENTO: ÚNICO	MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até o dia 12/05/2026 para o endereço membro09cpl@gmail.com	PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR: Não, conforme Item XX do Termo de Referência
PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA: duas (02) horas , a contar da solicitação.	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01 (um centavo)
A fase de habilitação NÃO será anterior à fase de lances.	

ITEM EXCLUSIVO ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PART. COOPERATIVA	PART. CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
SIM (3 ITENS)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei Municipal nº 7.690, de 01 de novembro de 2024 (Sistema Integrado de licitação);

Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);

Decreto Municipal nº 61.092/2024 (Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento do Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís);

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP);

Decreto Federal nº 8.538/2015 (ME/EPP/Agricultores Familiares/Produtores Rurais Pessoa Física/MEI/Sociedades Cooperativas);

Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (Sustentabilidade Ambiental);

Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);

Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (Autenticação dos Livros Contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (Tributação Previdenciária e Arrecadação das Contribuições Sociais);

Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (Improbidade Administrativa);

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência);

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);

Demais Normas Regulamentares, Princípios Correlatos pertinentes à espécie e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br/ e <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail membro09cpl@gmail.com ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;

3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	4.
DO CREDENCIAMENTO	5.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	8.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	9.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	10.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	11.
DO MODO DE DISPUTA	12.
DA DESCONEXÃO	13.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	14.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	15.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	16.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	17.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE	18.
DA AMOSTRA	19.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO	21.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	23.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	24.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	25.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	26.
DO TERMO DE CONTRAÇÃO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	27.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	29.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30.
SÃO PARTES INTEGRANTES DESTES EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:	
ANEXO I – Termo de Referência e seus Apêndices (Id. nº)	
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços (Id. nº)	
ANEXO III – Minuta de Contrato (Id. nº)	
ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar (Id. nº)	

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Ítalo Moisés Ferreira Salgado
Assessor de Procedimentos Licitatórios CPL/PMSL/MA
Portaria nº 03/2026 – CPL/PRES/GAB

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90.024/2026 – CPL/PMSL
Processo Administrativo SEI nº 11109.000192/2026

1. DO PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís-MA, CEP 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site www.gov.br/compras/pt-br/.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, que tem como objeto a **Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, por meio de Pregão Eletrônico, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

2.2. A licitação contemplará 3 ITENS, conforme **Planilha Descritiva e Orçamentária, Apêndice I do Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

2.3. O custo estimado da contratação é de **R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais)**.

2.4. NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DO EDITAL.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes da aquisição serão alocados conforme a seguinte classificação:

- a) Órgão: 11 – GOVERNADORIA DO MUNICÍPIO;
- b) Unidade Orçamentária: 109 – CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO;
- c) Programa/Atividade: 2002 – CUSTEIO E INVESTIMENTO;
- d) Modalidade: 4490;
- e) Elemento de despesa: 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
- f) Sub-elemento despesa: 35 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS;
- g) Ficha: 780 – 11109.0412204022.002.4.4.90.52.1500000000;
- h) Fonte de recursos: 1500000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

3.2. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

4.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

4.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail **membro09cpl@gmail.com**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na **extensão pdf** e uma via em **extensão docx**.

4.2.1. Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

4.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

4.3.1. Número do certame impugnado;

4.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

4.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;

4.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

4.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

5.1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

6.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5.1. O benefício para participação exclusiva, nos itens/grupos sinalizados no termo de referência ou planilha de preços vinculados a este edital, fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.6. Não poderão disputar esta licitação:

6.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.6.8. Agente público do órgão licitante;

6.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.6.10. Sociedades cooperativas;

6.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

6.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.7. O impedimento de que trata o **subitem 6.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.6.2 e 6.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

6.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.10. O disposto nos **subitens 6.6.2 e 6.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.12. A vedação de que trata o **subitem 6.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.13. Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

6.13.1. O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Deverá ser indicado na proposta o preço unitário e global em moeda nacional já considerando todas as despesas com tributos, assistência, transportes, seguros e demais custos que incidam, diretamente ou indiretamente, no fornecimento do objeto a ser adquirido pelo órgão.

7.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante, constando seu CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, identificação do licitante e descrição clara dos itens que serão fornecidos, devendo ser assinado por seus sócios ou diretores ou administradores ou procuradores ou gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo, cargo/função, CPF, nº da identidade e procuração.

7.3. A empresa deverá anexar com a proposta, *FOLDERS*, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos objetos ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

7.4. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

7.5. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

7.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

7.6.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

7.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. A falsidade da declaração de que trata os **itens 7.6 ou 7.7** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7.9. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP:

7.9.1. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

7.9.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

7.9.3. Cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

7.9.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o seu art. 3º, inciso II;

7.9.5. Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

7.9.6. Constituída sob a forma de cooperativa, salvo de consumo;

7.9.7. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

7.9.8. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

7.9.9. Constituídas sob a forma de sociedade por ações;

7.9.10. Cujos titulares ou sócios, cumulativamente, tenha com o contratante do bem, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 7.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.16.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1.** **Valor unitário, valor total e valor total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 8.1.2.** Marca;
- 8.1.3.** Fabricante;
- 8.1.4.** Quantidade cotada, devendo respeitar o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 8.1.5.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, *folders*, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital;
- 8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.5.** Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição em contrário no Edital e seus anexos.
- 8.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.6.1.** **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 90 (noventa) dias, **a contar da data de sua apresentação.**
- 8.6.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.
- 8.6.3.** Caso critério de julgamento seja de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 8.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- 8.7.1.** Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou
- 8.7.2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema, no dia 15/05/2026, às 09h30.**

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

9.3. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

10.2. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.5. O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.6. O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento da Licitação, **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

11.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.8. Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

12. DO MODO DE DISPUTA

12.1. O modo de disputa será “**ABERTO E FECHADO**”, conforme definido no anexo I – Termo de Referência, e discriminado nos “**DADOS DA LICITAÇÃO**”.

12.2. No modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

12.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO

13.1. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.2. Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 10 (dez) minutos ou na hipótese de remarcação da sessão pública, está somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. O critério de julgamento empregado é o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

15. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

15.1. Em relação a item de ampla participação ou cota principal, assim considerado aquele não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O Sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações.

15.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

15.2.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.2.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.2.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.2.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.2.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

15.2.2.2. Empresas brasileiras;

15.2.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.2.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

16. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.1. Nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as vedações previstas no **subitem 7.10** deste Edital, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

16.2. Para cumprimento do **subitem anterior** e atendendo ao Anexo I - deste Edital, o processo licitatório, em se tratando de bens de natureza divisível, será organizado da seguinte forma:

16.2.1. Cota reservada de **até 25% (vinte e cinco por cento)** dos quantitativos totais de cada **item/grupo**, destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

16.2.1.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

16.2.1.2. Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

16.2.1.3. A prioridade de **aquisição** do(s) **material(is)/produto(s)/bem(ns)** deverá ser das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

16.2.2. Item exclusivo, para aquele **item/grupo** cujo valor total seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

17. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

17.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

17.1.2. A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

17.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

17.1.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

17.1.5. É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

17.1.6. Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

17.2. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

18. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

18.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em

primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

18.1.1. Considera-se inexequível o lance que apresente preço global **ou** unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

18.1.2. O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

18.1.3. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 18.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

18.2. O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 9** deste Edital, para sua elaboração.

18.3. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocada no mesmo prazo do **subitem 18.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

18.4. A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

18.4.1. Dados do licitante, tais como: número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

18.4.2. Nome completo do responsável ou representante legal pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

18.4.2.1. Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

18.4.3. Indicação do valor unitário e total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusas todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

18.4.3.1. Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

18.4.4. Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

18.4.4.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.

18.4.4.1.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará o julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

18.4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, **a contar da data de sua apresentação.**

18.4.5.1. A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

18.4.5.2. Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

18.5. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

18.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

18.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

18.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçado estimado para a contratação;

18.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

18.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

18.6. A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

18.7. Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.

18.8. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.

18.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.

18.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.

18.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.

18.12. A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

19. DA AMOSTRA

19.1. As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

20. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.

20.2. Após declarada a proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

20.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

20.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

20.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

20.2.4. Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

20.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 20.2.2, 20.2.3 e 20.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

20.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

20.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

20.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

20.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

20.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

20.6. Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

20.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

20.7.1. A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

20.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.9. Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de

habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontra a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

20.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no *chat*, sob pena de inabilitação, exceto para os documentos referentes à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para quem o prazo será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

20.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

20.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20.13. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

20.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

20.14. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

20.15. Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

20.16. Habilitação Jurídica:

20.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

20.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

20.16.4. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.16.5. No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

20.16.6. No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

20.16.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil da Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 5º da Lei nº 5.764/1971;

20.16.8. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.16.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.16.10. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021;

20.16.11. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

20.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

20.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

20.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

20.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil;

20.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

20.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

20.18.5. Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

20.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo

Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.19. Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 20.18.6 / 20.18.7 e 20.18.8 / 20.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

20.20. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

20.20.1. Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no subitem 20.20., constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

20.20.2. A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no subitem 20.20.1 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

20.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

20.22. Qualificação Técnica:

20.22.1. O objeto da presente licitação caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Tratando-se de item de prateleira, com ampla oferta e padronização comercial, a descrição contida no Termo de Referência é suficiente para garantir a fidedignidade da execução contratual, independentemente de demonstração de experiência pretérita complexa.

20.23. Qualificação Econômico-Financeira:

20.23.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

20.23.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

20.23.1.2. Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

20.23.1.3. Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.3.1. O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado,

para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

b.1) O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

20.23.1.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

20.23.1.5. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.6. A critério da Administração, **poderá** ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

20.23.1.7. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

20.23.1.7.1. Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

20.23.1.7.2. Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

20.23.1.8. Os documentos referidos no **subitem 20.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:

20.24.1. Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

20.24.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

20.24.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

20.24.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

20.24.2.3. O prazo em que se refere o **item 20.24.2** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

20.24.3. Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

20.24.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e

acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

20.24.5. Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail membro09cpl@gmail.com.

20.24.6. O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados será de **DUAS HORAS** e poderá ser prorrogado por igual período desde que devidamente justificado.

20.24.7. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.

20.24.8. Nos itens não exclusivos, as microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo **Sistema**, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

20.24.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

20.24.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

20.25. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

20.25.1. Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no subitem 20.20., constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

20.25.2. A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no subitem 20.20.1 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

20.25.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:

20.25.3.1. Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

20.25.3.2. Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

20.25.4. O(A) Pregoeiro(a), constatando que o licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á **HABILITADA**. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada **INABILITADA**.

20.25.5. As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como válidas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.

20.25.6. O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

21. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

21.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

21.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

21.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

21.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

21.3.4. A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

21.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

21.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

21.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

21.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.8. As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

21.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

22. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

22.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

22.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

22.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e

trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

22.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

22.1.4. A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do *chat*, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

22.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

23. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

23.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

23.2. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

23.2.1. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

24. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

24.1. As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

25. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

25.1. As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

26.1. As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

27. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

27.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato **ou** emitido instrumento equivalente, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

27.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

27.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato **ou** aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura **ou** aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado **ou**

aceito no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

27.1.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

27.1.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

27.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

27.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1. As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

29. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

29.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

30.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS OU DEMAIS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, PREVALECERÁ AS DESTE EDITAL.

30.10. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do Sistema, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

30.11. É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

30.12. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

30.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

30.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL – Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

Ítalo Moisés Ferreira Salgado
Assessor de Procedimentos Licitatórios CPL/PMSL/MA
Portaria nº 03/2026 – CPL/PRES/GAB



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ítalo Moises Ferreira Salgado, Assessor**, em 29/04/2026, às 16:35, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3826585** e o código CRC **EC5990B0**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Termo de Referência nº 3582197/2026 - CPL

São Luís - MA, 25 de março de 2026

TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11109.000192/2026	ÓRGÃO GERENCIADOR: Central Permanente de Licitação/CPL
OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, por meio de Pregão Eletrônico, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL.	
TIPO: Pregão Eletrônico - (art. 29 da Lei nº 14.133/21).	
VALOR ESTIMADO: R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais).	
SIGILOSO: Não	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item	QUANTIDADE DE ITENS: 03
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: Por Item	FORMA DE FORNECIMENTO: Integral
EXIGE AMOSTRA: Não	EXIGE PROVA DE CONCEITO: Não

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como aquisição de bens de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.
- 1.3. A contratação será realizada por meio da modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 60.155/2024, observando-se, ainda, as demais normas regulamentares aplicáveis.
- 1.4. A presente contratação possui natureza de aquisição de bens, consistindo na aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, acompanhados de garantia técnica on site pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. A garantia on site constitui obrigação acessória vinculada ao fornecimento dos equipamentos, não caracterizando prestação de serviços de forma contínua, uma vez que não envolve dedicação exclusiva ou contínua de mão de obra, tampouco demanda execução permanente de atividades pela contratada, restringindo-se à eventual assistência técnica durante o prazo de garantia.
- 1.6. Trata-se, portanto, de aquisição com entrega integral, ainda que contenha obrigações futuras relacionadas à garantia contratual, não se enquadrando como serviço contínuo para fins do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. O objeto é classificado como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.8. Especificações técnicas e quantitativas:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	NOTEBOOK MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR TELA: 15" POLEGADAS SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	483825	UNIDADE	01
2	DESKTOP MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR ENTRADAS: HDMI, DISPLAYPORT, USB, ETHERNET CONECTIVIDADE: WI-FI (2,4GHZ E 5GHZ) ALTO-FALANTE: SIM SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	630956	UNIDADE	07
3	MONITOR TAMANHO: 27" POLEGADAS BRILHO: 300 cd/m² VESA: 100x100 ILUMINAÇÃO: W-LED TIPO DE MONITOR: CONVENCIONAL TECNOLOGIA DE PAINEL: IPS TAXA DE ATUALIZAÇÃO/RESOLUÇÃO: 1920x1080p A 60Hz OU SUPERIOR AJUSTES: PIVÔ (ROTAÇÃO), PLATAFORMA GIRATÓRIA, INCLINAÇÃO, ALTURA ENTRADAS: HDMI, VGA, DISPLAYPORT E DVI TEMPO DE RESPOSTA: 4MS COR: PRETO	626432	UNIDADE	14

	USB: MÍNIMO 2 FORMATO DA TELA: PLANA PROPORÇÃO DE TELA: 16:9 - WIDESCREEN ENTRADA DE ÁUDIO: 1 (UM) ALTO-FALANTE: SIM HDR:HDR MODE GARANTIA: 24 MESES ON SITE			
--	--	--	--	--

1.9. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual – PCA 2026 apresentado abaixo:

ÓRGÃO	PCA
Central Permanente de Licitações - CPL	Item 21 do Plano de Contratações Anual (PCA 2026), publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas. ID: 063071020001-30-0-000009-2026

2.2. O escopo contempla, a aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da necessidade da Contratação:

3.1.1. A necessidade de aquisição decorre da crescente demanda por aprimoramento e modernização da infraestrutura de tecnologia da informação da Central Permanente de Licitação (CPL), tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento dos seus setores. Nesse contexto, faz-se necessária não apenas a substituição de equipamentos ao final de seu ciclo útil, mas, principalmente, a manutenção e atualização contínua do parque tecnológico para garantir eficiência e continuidade às operações institucionais.

3.1.2. A presente contratação visa assegurar a eficiência, a transparência e a ética no emprego dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão mais eficaz e para o cumprimento das responsabilidades institucionais da CPL. A aquisição não se limita à simples substituição de equipamentos obsoletos, mas visa, também, garantir a manutenção e preservação de toda a infraestrutura de tecnologia, ampliando sua eficiência e adaptabilidade às crescentes demandas dos setores atendidos. Dessa forma, busca-se não só suportar as operações diárias, mas acompanhar a evolução tecnológica necessária para oferecer serviços atualizados e eficazes à população.

3.2. Justificativa da Contratação:

3.2.1. A aquisição de computadores, notebooks, monitores justifica-se pela necessidade de substituir equipamentos obsoletos, atender a novas demandas e garantir a continuidade das atividades da Central Permanente de Licitação – CPL. Considerando o aumento da tramitação dos processos administrativos e a exigência de desempenho adequado dos sistemas utilizados, é imprescindível dotar o setor de infraestrutura tecnológica compatível com as atuais necessidades operacionais.

3.2.2. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico, na forma da Lei 14.133/2021, justifica-se pela possibilidade de ampliar a competitividade entre os fornecedores, assegurar maior transparência e alcançar melhores condições de preço e qualidade, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa. Trata-se de modalidade adequada para a aquisição de bens comuns, conforme definição legal, permitindo ampla participação de interessados e celeridade no processo de contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação. A solução proposta busca garantir a modernização e a padronização do parque tecnológico do órgão, assegurando o desempenho adequado das atividades administrativas, especialmente as relacionadas à condução de processos licitatórios eletrônicos e à gestão documental.

4.2. Os equipamentos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência, contemplando desempenho compatível com os sistemas corporativos utilizados pelo órgão, bem como confiabilidade, durabilidade e suporte técnico durante o período de garantia. Com a aquisição, pretende-se suprir a necessidade de substituição de equipamentos antigos, inoperantes ou defasados tecnicamente, além de ampliar a infraestrutura existente para acomodar novas demandas da equipe, garantindo maior produtividade, eficiência e segurança da informação.

4.3. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, com garantia on site de 24 (vinte e quatro) meses fornecida pelo fornecedor, contados a partir da data de entrega. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e demais problemas que comprometam a usabilidade do produto, com assistência técnica e substituição de peças ou do item, quando necessário, sem ônus para a administração.

4.4. O frete e todos os encargos relacionados à entrega dos equipamentos no local indicado pela Administração serão de responsabilidade da empresa contratada, e deverão estar incluídos no valor unitário dos equipamentos.

4.5. A solução será implementada por meio de Pregão Eletrônico, o que possibilita ampla concorrência e aquisição dos bens com melhor relação custo – benefício, em conformidade com os princípios da Administração Pública, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

4.6. A contratação será formalizada por **instrumento contratual**, conforme o modelo adotado, e deverá prever mecanismos de controle de entrega, substituição de itens com defeito, aplicação de penalidades e garantias contratuais.

4.7. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo órgão participante, em conformidade com os artigos 117 a 121 da **Lei nº 14.133/2021**, com registros formais de conformidade dos equipamentos entregues, prazos, quantidades e qualidade, visando assegurar o cumprimento integral do objeto.

4.8. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, sempre que possível, privilegiando fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis, tais como o uso de embalagens recicláveis, a destinação adequada de resíduos e a adoção de processos produtivos com certificações ambientais reconhecidas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, a fim de garantir a aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação, com qualidade, segurança, eficiência e sustentabilidade, em estrita conformidade com as especificações deste instrumento.

5.2. Entrega e Prazo de Entrega

5.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues na Avenida dos Holandeses, nº 1, Quadra 36, Lotes 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, Loja 97, Bairro Calhau, CEP 65071-380, São Luís/MA, de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e às sextas-feiras, das 8h às 12h.

5.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**.

5.3. Requisitos Técnicos

5.3.1. Os equipamentos, deverão atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos por órgãos reguladores competentes, assegurando sua adequação para o uso nas atividades administrativas, operacionais e institucionais da Administração Pública.

5.3.2. Os equipamentos deverão apresentar capacidade de processamento, memória, armazenamento e compatibilidade com os sistemas utilizados na prefeitura, (Windows/Microsoft Word, Excel, Power Point, navegadores de internet), garantia e assistência técnica adequadas, para assegurar a eficiência operacional.

5.3.3. Os equipamentos deverão ser entregues com garantia on site de 24 (vinte e quatro) meses fornecida pelo fornecedor, contados a partir da data de entrega. A garantia deverá abranger falhas de funcionamento e demais problemas que comprometam a usabilidade do produto, com assistência técnica e substituição de peças ou do item, quando necessário, sem ônus para a administração.

5.4. Independentemente do prazo de garantia legal previsto no Código de Defesa do Consumidor, que estabelece o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para a reclamação por vícios aparentes ou ocultos em produtos duráveis, contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito (art. 26, II, §1º e §3º), a garantia técnica on site constitui obrigação acessória da contratada, devendo ser prestada pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

5.5. Os equipamentos deverão conter certificações reconhecidas aplicáveis aos produtos ofertados, tais como certificação do INMETRO, RoHS ou equivalentes, que atestem, conforme o caso, a conformidade regulatória, a eficiência energética e a restrição ao uso de substâncias perigosas, em consonância com práticas de sustentabilidade ambiental.

5.6. Os equipamentos, considerando a marca e modelo apresentados na Proposta, não poderão estar fora de linha comercial.

5.7. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

5.8. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

5.9. Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

- Preferência por embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis.
- Preferencialmente, a empresa deve apresentar certificações ambientais, que atestam o compromisso com a eficiência energética e a responsabilidade ambiental em seus processos produtivos e nos produtos ofertados.
- Redução de plástico e materiais de difícil decomposição.
- Embalagens que permitam fácil desmontagem e descarte responsável.
- Priorizar modelos com baixo consumo de energia elétrica, inclusive em modo de espera (standby).
- Produção com menor emissão de gases poluentes e menor geração de resíduos.
- Recomenda-se que a CONTRATADA tenha programa de logística reversa para descarte responsável dos equipamentos inservíveis.

5.10. Requisitos Econômicos e Sociais

- Priorizar fornecedores que adotem **práticas de responsabilidade socioambiental**, como logística reversa, descarte ambientalmente adequado e certificações ambientais.
- Estimular a participação de **microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas de catadores de materiais recicláveis e empresas com políticas de inclusão social**.
- O fornecedor deverá comprovar, quando aplicável, a **adoção de boas práticas trabalhistas**, como o respeito às normas de segurança, saúde do trabalhador e proibição de trabalho infantil e análogo ao escravo.

5.11. Subcontratação

5.11.1. Não se admitirá em nenhuma hipótese a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, nem a transferência de qualquer uma das obrigações assumidas.

5.12. Garantia da contratação

5.12.1. Não será exigida garantia contratual, considerando o risco reduzido e a natureza do objeto, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021.

5.13. Amostras

5.13.1. Não será exigido amostra.

5.14. Consórcio e cooperativas

5.14.1. Não será admitida a participação de consórcios ou cooperativas, tendo em vista a especificidade técnica e comercial do objeto e a necessidade de execução direta e responsabilização integral por uma única empresa especializada

5.15. Outras exigências:

5.15.1. Não será exigida carta de solidariedade para a habilitação dos licitantes.

5.16. Garantia Técnica, Suporte e Atendimento On Site

5.16.1. Durante o prazo de garantia técnica de 24 (vinte e quatro) meses, a empresa deverá assegurar assistência técnica on site, a ser prestada sob demanda, mediante abertura de chamado pela CPL, destinada à correção de falhas, defeitos ou vícios de funcionamento dos equipamentos fornecidos.

5.16.2. O acionamento da garantia deverá ocorrer por meio de canais oficiais disponibilizados pela Central, tais como telefone, correio eletrônico e/ou sistema eletrônico próprio, em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h.

5.16.3. O prazo máximo para início do atendimento técnico on site será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do registro do chamado.

5.16.4. Prazos para solução:

5.16.4.1. Não sendo possível a resolução do problema no primeiro atendimento técnico, a empresa deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, disponibilizar equipamento substituto com configurações equivalentes ou superiores ao equipamento defeituoso, sem qualquer ônus adicional para a CPL.

5.16.4.2. O prazo máximo para a solução definitiva do problema será de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data do primeiro atendimento técnico.

5.16.4.3. Após a solução definitiva, o equipamento original deverá ser devolvido à CPL em perfeitas condições de funcionamento, permanecendo vigente o prazo de garantia remanescente.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para a aquisição, a CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1. Entregar os equipamentos deste contrato conforme especificado no item 1 deste instrumento em perfeitas condições.

6.1.2. Comunicar à CONTRATANTE a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato.

6.1.3. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.

6.1.4. Apresentar à CONTRATANTE o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações.

6.1.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de regularidade e habilitação exigida neste instrumento.

6.1.6. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.1.7. A CONTRATADA deverá ter capacidade operacional para realizar a entrega no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de recebimento da Ordem de fornecimento.

6.1.8. Emitir Nota Fiscal/Fatura dos equipamentos entregues e apresenta-la à CONTRATANTE para o ateste e posterior pagamento;

6.1.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail.

6.1.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato Administrativo.

6.1.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

6.1.12. Executar fielmente o contrato, na conformidade com suas cláusulas, responsabilizando-se pela qualidade, exatidão e segurança diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observados os prazos que lhe forem programados para a sua realização e garantia;

6.1.13. Assumir inteira responsabilidade pela execução da contratação prevista no objeto deste Termo de Referência;

6.1.14. Entregar os equipamentos em conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já inclusos nos valores propostos, todos os custos do produto, tributos, fretes e demais encargos pertinentes à formação do preço;

6.1.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.1.16. Manter funcionário apto para contato com a contratante para tratar de assuntos relacionados ao objeto do contrato;

6.1.17. Prestar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante quanto à execução do objeto contratado;

6.1.18. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas;

6.1.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

6.1.20. Não transferir a outrem qualquer responsabilidade sobre a presente contratação;

6.1.21. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

6.1.22. Exercer rigoroso controle de qualidade e discrição sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos;

6.1.23. Substituir o equipamento que esteja em desconformidade com o solicitado, ou que apresente características inferiores às descritas neste Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de realização da inspeção;

6.1.24. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);

6.1.25. A CONTRATADA se responsabilizará pela garantia dos equipamentos conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor, incluindo a correção de eventuais defeitos de fabricação e funcionamento durante o período legal.

6.1.26. A CONTRATADA se responsabilizará pela garantia on-site, com prazo de 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo a correção de eventuais defeitos de fabricação e funcionamento dos equipamentos.

6.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Central Permanente de Licitação, obriga-se a:

7.1.1. Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando houver o fornecimento integral do objeto.

7.1.2. Acompanhar e fiscalizar a contratação por intermédio do Fiscal do Contrato.

7.1.3. Receber os objetos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

7.1.4. Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a contratação dos equipamentos.

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, para a substituição de equipamentos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa.

7.1.6. Verificar a qualidade dos equipamentos.

7.1.7. Atestar a Nota Fiscal após o recebimento definitivo dos equipamentos.

7.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.9. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato Administrativo.

7.1.11. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato Administrativo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.13. À contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições do contrato;

7.1.14. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza da contratação.

7.1.15. Comunicar por escrito à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

7.1.16. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto;

7.1.17. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e forem solicitados.

7.1.18. Aprovar os equipamentos, desde que atendidas às especificações previstas neste Termo de Referência;

7.1.19. Efetuar o cotejo entre a fatura apresentada, a solicitação da contratação e os demais documentos;

7.1.20. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e no Contrato, dentro do prazo estipulado;

7.1.21. A contratante não é obrigada a solicitar todos os itens do contrato, uma vez que a demanda está sujeita às necessidades da contratação.

8. COTAS EXCLUSIVAS E RESERVADAS PARA ME/EPP

8.1. Considerando que os itens licitados são bens de ampla oferta no mercado, com características padronizadas e natureza divisível, verifica-se a viabilidade da aplicação do tratamento diferenciado previsto na legislação. Tal medida contribui para ampliar a competitividade, sem comprometer a eficiência, a economicidade e a isonomia do processo licitatório, além de alinhar-se às diretrizes de desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento do mercado fornecedor da Administração Pública. Ademais, permite que as ME/EPP apresentem propostas mais competitivas em relação às empresas de maior porte, o que pode resultar em condições mais vantajosas para a Administração, sem prejuízo do cumprimento das exigências contratuais.

8.2. Para esta licitação, e em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, ficam destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens estimados com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.3. Adicionalmente, fica reservada uma cota de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens cujo valor seja superior ao indicado no item 8.2, desde que se trate de aquisição de bens de natureza divisível.

8.4. As divisões das cotas reservadas estão detalhadas no Apêndice III, em atendimento as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Deverá ser indicado na proposta o preço unitário e global em moeda nacional já considerando todas as despesas com tributos, assistência, transportes, seguros e demais custos que incidam, diretamente ou indiretamente, no fornecimento do objeto a ser adquirido pelo órgão.

9.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante, constando seu CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, identificação do licitante e descrição clara dos itens que serão fornecidos, devendo ser assinado por seus sócios ou diretores ou administradores ou procuradores ou gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo, cargo/função, CPF, nº da identidade e procuração.

9.3. A empresa deverá anexar junto com a proposta, FOLDERS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATALÓGOS dos objetos ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

9.4. Critério de aceitabilidade das propostas:

9.4.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas e às demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que:

I – apresentarem preços superiores ao valor estimado da contratação, salvo se demonstrada, mediante justificativa técnica, a compatibilidade do preço com os praticados no mercado;

II – não atenderem às especificações técnicas mínimas exigidas para o objeto;

III – apresentarem preços inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem viabilidade de execução, nos termos da legislação vigente.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da solicitação.

10.1.2. No ato de entrega deverá ser apresentada a Nota Fiscal/Fatura e cópia da respectiva Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão.

10.1.4. Não serão aceitos equipamentos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado. Não serão aceitos equipamentos diferentes das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

10.1.5. O objeto deve ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas, sob risco de recusa e aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.6. Se ocorrerem eventualidades que impeçam a entrega dentro do prazo, a CONTRATADA deverá notificar previamente a CONTRATANTE, que poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido.

10.1.7. Os custos da substituição dos itens rejeitados serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

10.1.8. Em caso de irregularidades não sanadas, o fiscal do contrato aplicará as devidas penalidades.

10.1.9. Somente será aceito o objeto na sua totalidade, conforme especificado na Ordem de Fornecimento.

10.1.10. O objeto estará sujeito à aceitação pela CONTRATANTE, reservando-se o direito de recusar caso não esteja de acordo com as especificações determinadas no instrumento contratual. Em caso de não aceitação, a CONTRATADA deverá substituí-lo dentro de 10 (dez) dias úteis, sob pena de incidência nas sanções previstas.

11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

11.1. A simples entrega dos equipamentos, objeto da autorização ou solicitação não implicará na sua aceitação definitiva, a qual somente ocorrerá após a verificação e comprovação da conformidade pela CONTRATANTE.

11.2. O recebimento do objeto contratado será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

a) *Recebimento provisório:* O recebimento provisório dos itens do objeto contratado, será realizado no local indicado pelo órgão, imediatamente após a entrega efetuada pela empresa contratada. Esse recebimento será formalizado por meio de termo específico, assinado por servidor designado, e terá por finalidade atestar a conformidade quantitativa dos itens com as condições contratuais.

a.1). Durante o período de recebimento provisório, será realizada a avaliação técnica quanto à qualidade dos equipamentos e conformidade com as especificações do Termo de Referência. Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada para promover as adequações ou substituições necessárias, no prazo estipulado pela contratante.

b) *Recebimento definitivo:* O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos itens entregues com as exigências do contrato e a aprovação dos testes de qualidade. Será emitido o termo de recebimento definitivo por servidor designado, confirmando que os equipamentos fornecidos estão em perfeita condição, dentro dos padrões de qualidade exigidos.

b.1). Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liberação do pagamento final à contratada, conforme as condições previstas no contrato administrativo. O recebimento definitivo é condição indispensável para a quitação da obrigação contratual.

11.3 A aceitação definitiva será realizada após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Proposta e será formalizada em até 2 (duas) horas do recebimento provisório.

11.4. Em caso de conformidade, o servidor designado atestará a efetivação da entrega do material no verso da Nota Fiscal e encaminhará o documento ao Setor Financeiro da CONTRATANTE para fins de pagamento.

11.5. Em caso de não conformidade, o servidor designado devolverá a Nota Fiscal da aquisição à CONTRATADA para as devidas correções.

11.6. A entrega deverá ser realizada de acordo com as especificações detalhadas neste Termo de Referência. Caso os equipamentos não correspondam às especificações exigidas no Edital e na Proposta, deverá ser devolvido, total ou parcialmente, à CONTRATADA, para a devida correção no prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

11.7. Caso o prazo acima não seja cumprido, poderá ser caracterizada inexecução contratual, destacando-se que a simples substituição dos equipamentos não exime a CONTRATADA da aplicação de penalidades por atraso na execução.

11.8. A entrega será realizada perante o Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE, que seguirá os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente.

11.9. O recebimento provisório será realizado no momento da entrega dos equipamentos, imediatamente após a entrega e com verificação preliminar do responsável pela fiscalização.

11.10. A conformidade do objeto será verificada posteriormente para garantir que os itens atendem às especificações e condições estabelecidas no contrato.

11.11. O recebimento definitivo será realizado até 2 (duas) horas do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.7. Fiscalização:

12.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.7.6. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.8. Fiscalização Administrativa:

12.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

12.9. Gestor do Contrato:

12.9.1. Cabe ao gestor do contrato:

12.9.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.9.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.9.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.9.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.9.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.9.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.10. Glosas:

12.10.1. Caso sejam identificadas irregularidades na contratação, como a entrega fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência ou na proposta da contratada, a Administração poderá proceder com glosas, descontando os valores correspondentes ao fornecimento não executado ou executado de forma inadequada, conforme os seguintes critérios:

- Falha na execução do fornecimento em conformidade com as especificações;
- Atrasos injustificados no cumprimento do cronograma de execução;
- Produtos não conformes com a legislação ou com as normas de qualidade aplicáveis.

12.11. Sanções:

12.11.1. Em caso de descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo, mas não se limitando a:

- Advertência: Para falhas menores ou não recorrentes.
- Multa: Aplicada sobre o valor do contrato ou sobre o valor da parte do fornecimento que não tenha sido cumprido corretamente, conforme estipulado na proposta e no Termo de Referência.
- Suspensão temporária de participação em licitações: Em casos de reiterado descumprimento.
- Rescisão do contrato: Nos casos mais graves, conforme previsto no art. 77 da Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. A aplicação de sanções será formalizada após a notificação prévia à CONTRATADA, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa. Caso a defesa não seja apresentada ou seja considerada inadequada, a sanção será aplicada conforme a gravidade do descumprimento, sendo formalizada por meio de apostilamento no contrato.

12.12. Casos de Rescisão Contratual:

12.12.1. O contrato poderá ser rescindido por parte da Administração, conforme os fundamentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive nas seguintes hipóteses:

- Interesse público devidamente justificado;
- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Descumprimento de cláusulas contratuais;
- Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA;
- Paralisação injustificada da execução do objeto;
- Prática de infrações administrativas ou atos ilícitos.

12.12.2. A CONTRATADA poderá solicitar rescisão, caso a Administração não cumpra com as obrigações de pagamento ou outras condições essenciais para a execução do contrato.

12.12.3. Nos casos de rescisão contratual, a parte responsável deverá formalizar a decisão por escrito, indicando as causas e as consequências da rescisão, com prazo para regularização, se aplicável.

12.12.4. O procedimento será iniciado com a notificação formal, com a concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa, caso necessário.

12.13. Avaliação dos resultados e pagamento:

12.13.1. O pagamento pela contratação será efetuado com base na avaliação dos resultados atingidos, conforme a descrição do fornecimento e as metas estabelecidas no contrato.

12.13.2. Para a contratação realizada, o fiscal do contrato realizará uma avaliação de conformidade, que incluirá a verificação dos seguintes pontos:

- Qualidade dos equipamentos fornecidos, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA;
- Prazos de entrega ou execução, conforme cronograma estabelecido;
- Atendimento a normas e regulamentos específicos para a execução da contratação.

12.13.3. Caso a contratação não atenda a qualquer um desses critérios, será glosado o valor correspondente, conforme as cláusulas do contrato. O pagamento será liberado somente após a verificação de conformidade.

12.13.4. Para a aferição, o fiscal do contrato poderá utilizar os seguintes métodos de verificação:

- Inspeções visuais;
- Relatórios de acompanhamento das etapas de execução;
- Testes e provas de qualidade, se necessário;
- Certificados ou laudos técnicos que atestem a conformidade com as especificações

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do fornecimento públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV. Multa:

- moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida,
- até o limite de 30 (trinta) dias;

a.1. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

b. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/ 2021).

13.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com o objetivo de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo que mantenha relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA. Em todas essas hipóteses, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. A CONTRATANTE, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o disposto no art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser reabilitadas na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritas em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal designado, que deverá comprovar a disponibilidade da contratação.

14.2. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega, após a devida aceitação dos equipamentos, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico.

14.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução da contratação, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.4. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta comprovar tal situação em cada solicitação de pagamento, por meio da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal / Fatura discriminatória, devidamente atestada;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, referente à SEDE DA CONTRATADA;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho.

14.5. Caso a Nota Fiscal / Fatura não seja aprovada pela CONTRATANTE, esta será devolvida à CONTRATADA com as devidas informações que motivaram sua rejeição, para que sejam realizadas as correções necessárias, reiniciando-se o prazo estabelecido para pagamento.

14.6. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, na ocorrência de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

14.8. Ocorrerá a adequação do pagamento devido a contratada, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Fornecimento.

14.9. A CONTRATADA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14.10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha ocorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) / 3651 = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

14.11. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

14.12. Forma de pagamento:

14.12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

14.12.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for emitida.

14.12.3. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme previsto na legislação aplicável.

14.12.4. Independentemente do percentual de tributo especificado na planilha, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

14.12.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.12.6. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial/total.

14.13. Do reajuste:

14.13.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado.

14.13.2. Após o interregno de um ano, à pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)** frequentemente utilizado em contratos de aquisição de equipamentos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.13.8. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

15. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

15.2. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da contratada, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

15.3. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

15.3.1. O fornecedor será selecionado por **pregão eletrônico e o critério de julgamento será menor preço por item.**

15.3.1.2. Será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO.**

15.3.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01.**

15.4. Forma de fornecimento:

15.4.1. O fornecimento dos bens será realizado de uma única vez, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, durante a vigência do contrato.

15.4.2. A CONTRATADA deverá possuir capacidade operacional suficiente para atender às solicitações realizadas, conforme a demanda, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

15.4.3. A CONTRATADA deverá providenciar a entrega integral dos itens especificados na Ordem de Fornecimento, não sendo admitida a entrega parcial do quantitativo solicitado, salvo mediante autorização formal da Administração, em caráter excepcional e devidamente justificado.

15.4.4. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado na respectiva Ordem de Fornecimento, dentro da região metropolitana de São Luís/MA, no horário de funcionamento estabelecido.

15.5. Critérios de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

15.5.1. Habilitação Jurídica:

15.5.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

15.5.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

15.5.1.3. Em se tratando de Microempendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempendedor.gov.br.

15.5.1.4. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

15.5.1.5. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

15.5.1.6. No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado.

15.5.1.7. No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores.

15.5.1.8. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

15.5.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.5.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.6. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

15.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, no Cadastro de Pessoas Físicas, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente.

15.6.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil.

15.6.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

15.6.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

15.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

15.6.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado, relativo ao domicílio ou sede da empresa.

15.6.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado, relativo ao domicílio ou sede da empresa.

15.6.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.6.9. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

15.6.10. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

15.6.11. Quando a prova de regularidade, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

15.6.12. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.6.13. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

15.7. Qualificação Econômico-Financeira:

15.7.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

15.7.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

15.7.1.2. Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

15.7.1.3. Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

15.7.1.4. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

15.7.1.5. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto à assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

15.7.1.6. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

a) Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

15.7.1.7. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

15.7.1.8. O Microempendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.7.1.9. A empresa deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

b.1) O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

15.7.1.10. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

15.7.1.11. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais.

15.7.1.12. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela empresa dos índices econômicos previstos neste Termo.

15.7.1.13. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

a) Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

b) Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1.

15.7.1.14. Os documentos referidos no subitem 15.7.1.13, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.7.1.15. A exigência de índices de qualificação econômico-financeira no edital visa garantir que as empresas participantes possuam a saúde financeira adequada para a execução do objeto licitado, minimizando riscos para a Administração Pública quanto à execução de contratos que envolvam prazos, valores e complexidade significativa. A qualificação econômico-financeira permite avaliar a estabilidade, solvência e capacidade de manutenção de fluxo de caixa das empresas, essencial para o cumprimento do contrato sem a ocorrência de inadimplências ou dificuldades financeiras.

16. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, desde que o faça de maneira formal, motivada e assegure o contraditório e ampla defesa, nas hipóteses previstas abaixo, quando a CONTRATADA incidir nas seguintes situações (art. 137, Lei nº. 14.133/2021):

16.1.1. Não atender as determinações regulares emitidas pelos servidores designados para acompanhar e fiscalizar o contrato;

16.1.2. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o contrato;

16.1.3. Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do(s) sócio(s) da CONTRATADA;
16.1.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
16.1.5. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
16.1.6. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos, conforme previsto em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendizes.

16.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
16.2.1. Supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125, Lei nº 14.133/21;
16.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
16.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações contratualmente previstas, além de outras previstas;
16.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da entrega da nota fiscal, desde que o fato não resulte de ações ou omissões da CONTRATADA.

16.3. A extinção do contrato poderá ser:
16.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto em caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
16.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
16.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A efetivação da contratação de aquisição se caracterizará através da assinatura do contrato.
17.2. A CONTRATANTE designará um Gestor e Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução da aquisição.

18. VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência deste contrato em relação ao fornecimento dos bens será de 12 meses, contados da assinatura do contrato.
18.2. Para a garantia técnica on-site, o prazo de vigência é de 24 meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto pela CPL.
18.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído nos períodos firmados acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratada, previstas neste instrumento.
18.4. Os prazos serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

19. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
19.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Município de São Luís/MA.

20.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – Unidade Orçamentária: XXXXXX

II – Projeto/Atividade: XXXXXXXXXXXXX

III – Modalidade de Despesas: XXXXXXXXXXXXX

IV – Fonte de recursos: XXXXXXXXXXXXX

20.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. DO FORO

21.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

22.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais).**

23. DOS APÊNDICES

23.1. Integra este Termo de Referência:

Apêndice I: Estudo Técnico Preliminar e seus anexos

Apêndice II: Planilha Descritiva e Orçamentária

Apêndice III: Modelo de Proposta de Preços

Elaborador por

Myrian Waléria Rodrigues de Vasconcelos
Assessora de Planejamento Estratégico – APE/CPL
Matrícula: 6468703

Márcia Amanda Freitas Moraes
Assessora de Planejamento Estratégico - APE/CPL
Matrícula: 6468715

Renato Pinheiro Maramaldo
Assessor de Planejamento Estratégico - APE/CPL
Matrícula: 6469663



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Myrian Waleria Rodrigues de Vasconcelos, Assessora**, em 25/03/2026, às 13:39, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Renato Pinheiro Maramaldo, Assessor**, em 25/03/2026, às 13:39, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Márcia Amanda Freitas Moraes, Assessora**, em 25/03/2026, às 13:40, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3582197** e o código CRC **7C79C920**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Anexo nº 3582318/2026 - CPL

São Luís - MA, 25 de março de 2026

APÊNDICE II

PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA						
Item	Descrição	Unidade	Catmat	Quant	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
1	NOTEBOOK MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR TELA: 15" POLEGADAS SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	UNID	483825	1	9.044,02	R\$ 9.044,02
EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
2	DESKTOP MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR ENTRADAS: HDMI, DISPLAYPORT, USB, ETHERNET CONECTIVIDADE: WI-FI (2,4GHZ E 5GHZ) ALTO-FALANTE: SIM SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	UNID	630956	7	10.435,14	R\$ 73.045,98
EXCLUSIVO PARA ME E EPP						

3	MONITOR TAMANHO: 27" POLEGADAS BRILHO: 300 cd/m² VESA: 100x100 ILUMINAÇÃO: W-LED TIPO DE MONITOR: CONVENCIONAL TECNOLOGIA DE PAINEL: IPS TAXA DE ATUALIZAÇÃO/RESOLUÇÃO: 1920x1080p A 60Hz OU SUPERIOR AJUSTES: PIVÔ (ROTAÇÃO), PLATAFORMA GIRATÓRIA, INCLINAÇÃO, ALTURA ENTRADAS: HDMI, VGA, DISPLAYPORT E DVI TEMPO DE RESPOSTA: 4MS COR: PRETO USB: MÍNIMO 2 FORMATO DA TELA: PLANA PROPORÇÃO DE TELA: 16:9 - WIDESCREEN ENTRADA DE ÁUDIO: 1 (UM) ALTO-FALANTE: SIM HDR:HDR MODE GARANTIA: 24 MESES ON SITE	UNID	626432	14	2.999,00	R\$ 41.986,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 124.076,00



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Myrian Waleria Rodrigues de Vasconcelos, Assessora**, em 25/03/2026, às 13:27, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3582318** e o código CRC **DF9E162B**.

Processo nº: 11109.000192/2026

Documento nº: 3582318v2 - CPL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.024/2026 – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____ com sede na _____, neste ato representada pelo (a) Srº _____, RG nº _____ e CPF nº _____, e-mail _____, telefone/WhatsApp _____, interessada na _____, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à _____, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX XXX	XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXXXX
(...)						
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						XXXXX

- 1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** R\$ _____ (_____);
- 2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** de acordo com o *Termo de Referência*;
- 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme *Termo de Referência*;
- 4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:**
- 5. DADOS BANCÁRIOS:**
 - Banco:
 - Código:
 - Agência:
 - Conta Corrente:
 - CPF/CNPJ:
 - Nome/Razão Social:
- 6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:**
 - Nome completo:
 - Endereço:
 - RG / CPF:
 - Cargo / Função:
 - Telefone/WhatsApp (atualizado):
 - E-mail (atualizado):

São Luís – MA, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Representante Legal da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Minuta de contrato nº 3583994/2026 - CPL

São Luís - MA, 25 de março de 2026

CONTRATO Nº XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11109.000192/2026-CPL/PMSL
EMPENHO Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, POR MEIO DA CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, COMO CONTRATANTE, E A XXXXXX, COMO CONTRATADA, PARA O FORNECIMENTO DO PRODUTO NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ sob nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, com sede na Av. dos Holandeses, N 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, CEP: 65071-380, neste ato representada pela Presidente da Central Permanente de Licitação, a Sra. Silvana Carla Costa dos Santos, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, neste ato representada por seu sócio, **Sr. XXXXX**, inscrito no CPF nº. XXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX/2026– CPL/PMSL, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 60.155/2024, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II, LEI Nº 14.133/2021).

1.1. O presente instrumento tem por objeto a aquisição de computadores e equipamentos de informática, incluindo desktops, notebooks e monitores, para atender as necessidades da Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís – MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;
- 1.2.2 – A Proposta do Contratado;
- 1.2.3 – Eventuais anexos dos documentos supracitados;
- 1.2.4. Edital.

1.3. O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE** através do Processo Administrativo nº 11109.000192/2026, oriundo do Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 29 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021).

2.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXX (XXXXXX)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1		UNIDADE			
2		UNIDADE			
3		UNIDADE			
VALOR TOTAL:					

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 92, VII, LEI Nº 14.133/2021).

3.1. O prazo de vigência deste contrato em relação ao fornecimento dos bens será de 12 meses, contados da assinatura do contrato.

3.2. Para a garantia técnica on-site, o prazo de vigência é de 24 meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto pela CPL.

3.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído nos períodos firmados acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratada, previstas neste instrumento.

3.4. Os prazos serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (art. 92, XII, LEI Nº 14.133/2021).

4.1. Não será exigida garantia contratual, considerando o risco reduzido e a natureza do objeto, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA– DA EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, IV, VII e XVIII, LEI Nº 14.133/2021).

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a **CONTRATADA** fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da solicitação.

5.1.2. No ato de entrega deverá ser apresentada a Nota Fiscal/Fatura e cópia da respectiva Ordem de Fornecedor.

5.1.3. A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão.

5.1.4. Não serão aceitos equipamentos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado. Não serão aceitos equipamentos diferentes das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

5.1.5. O objeto deve ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas, sob risco de recusa e aplicação das penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.1.6. Se ocorrerem eventualidades que impeçam a entrega dentro do prazo, a CONTRATADA deverá notificar previamente a CONTRATANTE, que poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido.

5.1.7. Os custos da substituição dos itens rejeitados serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.1.8. Em caso de irregularidades não sanadas, o fiscal do contrato aplicará as devidas penalidades.

5.1.9. Somente será aceito o objeto na sua totalidade, conforme especificado na Ordem de Fornecimento.

5.1.10. O objeto estará sujeito à aceitação pela CONTRATANTE, reservando-se o direito de recusar caso não esteja de acordo com as especificações determinadas no instrumento contratual. Em caso de não aceitação, a CONTRATADA deverá substituí-lo dentro de 10 (dez) dias úteis, sob pena de incidência nas sanções previstas.

5.2. Critérios de Aceitabilidade:

5.2.1 A simples entrega dos equipamentos, objeto da autorização ou solicitação não implicará na sua aceitação definitiva, a qual somente ocorrerá após a verificação e comprovação da conformidade pela CONTRATANTE.

5.2.2 O recebimento do objeto contratado será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

a) *Recebimento provisório*: O recebimento provisório dos itens do objeto contratado, será realizado no local indicado pelo órgão, imediatamente após a entrega efetuada pela empresa contratada. Esse recebimento será formalizado por meio de termo específico, assinado por servidor designado, e terá por finalidade atestar a conformidade quantitativa dos itens com as condições contratuais.

a.1). Durante o período de recebimento provisório, será realizada a avaliação técnica quanto à qualidade dos equipamentos e conformidade com as especificações do Termo de Referência. Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada para promover as adequações ou substituições necessárias, no prazo estipulado pela contratante.

b) *Recebimento definitivo*: O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos itens entregues com as exigências do contrato e a aprovação dos testes qualidade. Será emitido o termo de recebimento definitivo por servidor designado, confirmando que os equipamentos fornecidos estão em perfeita condição, dentro dos padrões de qualidade exigidos.

b.1). Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liberação do pagamento final à contratada, conforme as condições previstas no contrato administrativo. O recebimento definitivo é condição indispensável para a quitação da obrigação contratual.

5.2.3 A aceitação definitiva será realizada após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Proposta e será formalizada em até 2 (duas) horas do recebimento provisório.

5.2.4. Em caso de conformidade, o servidor designado atestará a efetivação da entrega do material no verso da Nota Fiscal e encaminhará o documento ao Setor Financeiro da CONTRATANTE para fins de pagamento.

5.2.5. Em caso de não conformidade, o servidor designado devolverá a Nota Fiscal da aquisição à CONTRATADA para as devidas correções.

5.2.6. A entrega deverá ser realizada de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência. Caso os equipamentos não correspondam às especificações exigidas no Edital e na Proposta, deverá ser devolvido, total ou parcialmente, à CONTRATADA, para a devida correção no prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

5.2.7. Caso o prazo acima não seja cumprido, poderá ser caracterizada inexecução contratual, destacando-se que a simples substituição dos equipamentos não exime a CONTRATADA da aplicação de penalidades por atraso na execução.

5.2.8. A entrega será realizada perante o Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE, que seguirá os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente.

5.2.9. O recebimento provisório será realizado no momento da entrega dos equipamentos, imediatamente após a entrega e com verificação preliminar do responsável pela fiscalização.

5.2.10. A conformidade do objeto será verificada posteriormente para garantir que os itens atendem às especificações e condições estabelecidas no contrato.

5.2.11. O recebimento definitivo será realizado até 2 (duas) horas do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.3. Entrega e Prazo de Entrega

5.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues na Avenida dos Holandeses, nº 1, Quadra 36, Lotes 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, Loja 97, Bairro Calhau, CEP 65071-380, São Luís/MA, de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e às sextas-feiras, das 8h às 12h.

5.3.2. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII, LEI Nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. Fiscalização:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa:

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da

CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.9. Cabe ao Gestor do Contrato:

6.9.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.9. Glosas:

6.9.1. Caso sejam identificadas irregularidades na contratação, como a entrega fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência ou na proposta da contratada, a Administração poderá proceder com glosas, descontando os valores correspondentes ao fornecimento não executado ou executado de forma inadequada, conforme os seguintes critérios:

- a) Falha na execução do fornecimento em conformidade com as especificações;
- b) Atrasos injustificados no cumprimento do cronograma de execução;
- c) Produtos não conformes com a legislação ou com as normas de qualidade aplicáveis.

6.10. Sanções:

6.10.1. Em caso de descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Advertência: Para falhas menores ou não recorrentes.
- b) Multa: Aplicada sobre o valor do contrato ou sobre o valor da parte do fornecimento que não tenha sido cumprido corretamente, conforme estipulado na proposta e no Termo de Referência.
- c) Suspensão temporária de participação em licitações: Em casos de reiterado descumprimento.
- d) Rescisão do contrato: Nos casos mais graves, conforme previsto no art. 77 da Lei nº 14.133/2021.

6.10.2. A aplicação de sanções será formalizada após a notificação prévia à CONTRATADA, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa. Caso a defesa não seja apresentada ou seja considerada inadequada, a sanção será aplicada conforme a gravidade do descumprimento, sendo formalizada por meio de apostilamento no contrato.

6.11. Casos de Rescisão Contratual:

6.11.1. O contrato poderá ser rescindido por parte da Administração, conforme os fundamentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive nas seguintes hipóteses:

- a) Interesse público devidamente justificado;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato;
- c) Descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA;
- e) Paralisação injustificada da execução do objeto;
- f) Prática de infrações administrativas ou atos ilícitos.

6.11.2. A CONTRATADA poderá solicitar rescisão, caso a Administração não cumpra com as obrigações de pagamento ou outras condições essenciais para a execução do contrato.

6.11.3. Nos casos de rescisão contratual, a parte responsável deverá formalizar a decisão por escrito, indicando as causas e as consequências da rescisão, com prazo para regularização, se aplicável.

6.11.4. O procedimento será iniciado com a notificação formal, com a concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa, caso necessário.

6.12. Avaliação dos resultados e pagamento:

6.12.1. O pagamento pela contratação será efetuado com base na avaliação dos resultados atingidos, conforme a descrição do fornecimento e as metas estabelecidas no contrato.

6.12.2. Para a contratação realizada, o fiscal do contrato realizará uma avaliação de conformidade, que incluirá a verificação dos seguintes pontos:

- a) Qualidade dos equipamentos fornecidos, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA;
- b) Prazos de entrega ou execução, conforme cronograma estabelecido;
- c) Atendimento a normas e regulamentos específicos para a execução da contratação.

6.12.3. Caso a contratação não atenda a qualquer um desses critérios, será glosado o valor correspondente, conforme as cláusulas do contrato. O pagamento será liberado somente após a verificação de conformidade.

6.12.4. Para a aferição, o fiscal do contrato poderá utilizar os seguintes métodos de verificação:

- a) Inspeções visuais;
- b) Relatórios de acompanhamento das etapas de execução;
- c) Testes e provas de qualidade, se necessário;
- d) Certificados ou laudos técnicos que atestem a conformidade com as especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO (art. 92, V , LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal designado, que deverá comprovar a disponibilidade da contratação.
- 7.2. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega, após a devida aceitação dos equipamentos, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produziu os resultados acordados;
 - b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução da contratação, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta comprovar tal situação em cada solicitação de pagamento, por meio da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal / Fatura discriminatória, devidamente atestada;
 - b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - c) Certidão de quitação de tributos federais, estaduais e municipais, referente à sede da contratada;
 - d) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho.
- 7.5. Caso a Nota Fiscal / Fatura não seja aprovada pela CONTRATANTE, esta será devolvida à CONTRATADA com as devidas informações que motivaram sua rejeição, para que sejam realizadas as correções necessárias, reiniciando-se o prazo estabelecido para pagamento.
- 7.6. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, na ocorrência de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 7.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.
- 7.8. Ocorrerá a adequação do pagamento devido a contratada, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Fornecimento.
- 7.9. A CONTRATADA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 7.10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP
- Na qual:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = (TX) I = (6/100) /3651 = 0.00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.11. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.12. Forma de pagamento:

- 7.12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 7.12.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for emitida.
- 7.12.3. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme previsto na legislação aplicável.
- 7.12.4. Independentemente do percentual de tributo especificado na planilha, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 7.12.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.11.6. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial/total.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021)

- 8.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
- 8.2. Após o interregno de um ano, à pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) frequentemente utilizado em contratos de aquisição de equipamentos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, LEI Nº 14.133/2021)

9.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de São Luís, para o exercício financeiro vigente, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	
UNIDADE:	
PROGRAMA:	
AÇÃO:	
CATEGORIA ECONÔMICA:	
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA:	
MODALIDADE DE APLICAÇÃO:	
ELEMENTO DE DESPESA:	
FONTE DE RECURSO:	
FICHA:	

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XI, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

- 10.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Central Permanente de Licitação, obriga-se a:
- 10.1.1. Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações.
 - 10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a contratação por intermédio do Fiscal do Contrato.

10.1.3. Receber os objetos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

10.1.4. Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a contratação dos equipamentos.

10.1.5. Notificar a CONTRATADA, para a substituição de equipamentos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa.

10.1.6. Verificar a qualidade dos equipamentos.

10.1.7. Atestar a Nota Fiscal após o recebimento definitivo dos equipamentos.

10.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.1.9. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato Administrativo.

10.1.11. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato Administrativo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.13. A contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições do contrato;

10.1.14. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza da contratação;

10.1.15. Comunicar por escrito à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

10.1.16. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto;

10.1.17. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e forem solicitados.

10.1.18. Aprovar os equipamentos, desde que atendidas às especificações previstas neste Termo de Referência;

10.1.19. Efetuar o cotejo entre a fatura apresentada, a solicitação da contratação e os demais documentos;

10.1.20. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e no Contrato, dentro do prazo estipulado;

10.1.21. A contratante não é obrigada a solicitar todos os itens do contrato, uma vez que a demanda está sujeita às necessidades da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XV e XVI, LEI Nº 14.133/2021)

11.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para a aquisição, a CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. Entregar os equipamentos deste contrato conforme especificado no item 1 deste instrumento em perfeitas condições.

11.1.2. Comunicar à CONTRATANTE a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato.

11.1.3. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.

11.1.4. Apresentar à CONTRATANTE o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações.

11.1.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de regularidade e habilitação exigida neste instrumento.

11.1.6. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

11.1.7. A CONTRATADA deverá ter capacidade operacional para realizar a entrega no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de recebimento da Ordem de fornecimento.

11.1.8. Emitir Nota Fiscal/Fatura dos equipamentos entregues e apresentá-la à CONTRATANTE para o ateste e posterior pagamento;

11.1.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail.

11.1.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato Administrativo.

11.1.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.1.12. Executar fielmente o contrato, na conformidade com suas cláusulas, responsabilizando-se pela qualidade, exatidão e segurança diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observados os prazos que lhe forem programados para a sua realização e garantia;

11.1.13. Assumir inteira responsabilidade pela execução da contratação prevista no objeto deste Termo de Referência;

11.1.14. Entregar os equipamentos em conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já incluso nos valores propostos, todos os custos do produto, tributos, fretes e demais encargos pertinentes à formação do preço;

11.1.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

11.1.16. Manter funcionário apto para contato com a contratante para tratar de assuntos relacionados ao objeto do contrato;

11.1.17. Prestar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante quanto à execução do objeto contratado;

11.1.18. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas;

11.1.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

11.1.20. Não transferir a outrem qualquer responsabilidade sobre a presente contratação.

11.1.21. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

11.1.22. Exercer rigoroso controle de qualidade e discríção sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos;

11.1.23. Substituir o equipamento que esteja em desconformidade com o solicitado, ou que apresente características inferiores às descritas neste Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de realização da inspeção;

11.1.24. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);

11.1.25. A CONTRATADA se responsabilizará pela garantia dos equipamentos conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor, incluindo a correção de eventuais defeitos de fabricação e funcionamento durante o período legal.

11.1.26. A CONTRATADA se responsabilizará pela garantia on-site, com prazo de 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo a correção de eventuais defeitos de fabricação e funcionamento dos equipamentos.

11.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, LEI Nº 14.133/2021)

12.1. O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, desde que o faça de maneira formal, motivada e assegure o contraditório e ampla defesa, nas hipóteses previstas abaixo, quando a CONTRATADA incidir nas seguintes situações (art. 137, Lei nº. 14.133/2021):

12.2. Não atender as determinações regulares emitidas pelos servidores designados para acompanhar e fiscalizar o contrato;

12.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o contrato;

12.4. Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do(s) sócio(s) da CONTRATADA;

12.5. Na hipótese de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

12.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos, conforme previsto em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendizes

12.8. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

12.8.1. Supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125, Lei nº 14.133/21;

12.8.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

12.8.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações contratualmente imprevisíveis, além de outras previstas;

12.8.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da entrega da nota fiscal, desde que o fato não resulte de ações ou omissões da CONTRATADA.

12.9. A extinção do contrato poderá ser:

12.9.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto em caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.9.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.9.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do fornecimento públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

- i) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV. Multa:

- a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida,
- b) até o limite de 30 (trinta) dias;

- a.1. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- b. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/ 2021).

13.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com o objetivo de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo que mantenha relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA. Em todas essas hipóteses, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. A CONTRATANTE, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o disposto no art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser reabilitadas na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritas em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPORTE ON SITE (art. 92, XII e XIII, LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Durante o prazo de garantia técnica de 24 (vinte e quatro) meses, a empresa deverá assegurar assistência técnica on site, a ser prestada sob demanda, mediante abertura de chamado pela CPL, destinada à correção de falhas, defeitos ou vícios de funcionamento dos equipamentos fornecidos.

14.2. O acionamento da garantia deverá ocorrer por meio de canais oficiais disponibilizados pela Central, tais como telefone, correio eletrônico e/ou sistema eletrônico próprio, em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h.

14.3. O prazo máximo para início do atendimento técnico on site será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do registro do chamado.

14.4. Prazos para solução:

14.4.1. Não sendo possível a resolução do problema no primeiro atendimento técnico, a empresa deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, disponibilizar equipamento substituído com configurações equivalentes ou superiores ao equipamento defeituoso, sem qualquer ônus adicional para a CPL.

14.4.2. O prazo máximo para a solução definitiva do problema será de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data do primeiro atendimento técnico.

14.4.3. Após a solução definitiva, o equipamento original deverá ser devolvido à CPL em perfeitas condições de funcionamento, permanecendo vigente o prazo de garantia remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2. Integram este Contrato, para todos os fins, o Termo de Referência e seus anexos. Na hipótese de omissão deste instrumento, prevalecerão as disposições constantes do Termo de Referência, desde que compatíveis com o objeto e com a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não se admitirá em nenhuma hipótese a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, nem a transferência de qualquer uma das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

18.2. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja”, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Luís/MA, ____ de ____ 2026.

Silvana Carla Costa dos Santos
Presidente da CPL
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
Sócio Administrador
XXXXXXXXXX – Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHA:
CPF Nº

TESTEMUNHA:
CPF Nº:



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Marcella Abdalla Costa, Assessora**, em 25/03/2026, às 15:05, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3583994** e o código CRC **2077E63C**.

Processo nº: 11109.000192/2026

Documento nº: 3583994v2 - CPL

Criado por [marcella.costa](#), versão 2 por [marcella.costa](#) em 25/03/2026 15:04:45.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3504418/2026 - CPL

São Luís - MA, 16 de março de 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Setor Requisitante: Entidade/Órgão: Prefeitura Municipal de São Luís/Central Permanente de Licitação/Unidade/Setor/Departamento: Coordenação Administrativo Financeiro – CAF. **Responsável pela demanda:** Sejane Pereira de Sousa.

1.2. Do processo SEI: 11109.000192/2026

2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO

Responsável pelo ETP: Myrian Waléria Rodrigues de Vasconcelos

Função: Assessora de Planejamento Estratégico.

Matrícula: 6468703

Responsável pelo ETP: Márcia Amanda Freitas Morais

Função: Assessora de Planejamento Estratégico.

Matrícula: 6468715

Responsável pelo ETP: Renato Pinheiro Maramaldo

Função: Assessor de Planejamento Estratégico.

Matrícula: 6469663

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente demanda decorre da necessidade de modernização, ampliação e recomposição do parque tecnológico da Central Permanente de Licitação – CPL, unidade responsável pela condução dos procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Municipal.

3.2. O crescimento das atividades administrativas, o aumento do volume processual eletrônico, a utilização intensiva dos sistemas estruturantes da Administração (SEI, PNCP, Compras.gov, GIAP, sistemas corporativos e ferramentas de produtividade) e a obsolescência de parte significativa dos equipamentos atualmente em uso têm impactado diretamente a eficiência operacional do órgão.

3.3. Verificou-se que diversos computadores apresentam desempenho incompatível com as exigências atuais, tempo elevado de processamento, falhas recorrentes e limitações técnicas para atualização de sistemas, comprometendo a continuidade do serviço público, a segurança da informação e a produtividade dos servidores.

3.4. A iniciativa, portanto, está em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 56.875/2021, que regulamenta as contratações de bens e serviços na área de tecnologia da informação, com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 60.155/2021, ao passo em que busca garantir infraestrutura tecnológica adequada, assegurar a continuidade das atividades institucionais, promover maior eficiência administrativa e alinhar a CPL às diretrizes de governança digital da Administração Pública.

4. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

4.1. Previsão do início da execução: a partir de fevereiro 2026.

4.2. A demanda está prevista no Plano de Contratação Anual – PCA 2026 apresentado abaixo:

ÓRGÃO	PCA
Central Permanente de Licitação - CPL	Item 21 do Plano de Contratações Anual (PCA 2026 - 2096), publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas. ID: 06307102000130-0-000009/2026

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

5.1. Os equipamentos deverão atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, assegurando sua adequação para o uso nas atividades administrativas, operacionais e institucionais da Administração Pública.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues com garantia on site de 24 (vinte e quatro) meses fornecida pelo fornecedor, contados a partir da data de entrega. A garantia deverá abranger falhas de funcionamento e demais problemas que comprometam a usabilidade do produto, com assistência técnica e substituição de peças ou do item, quando necessário, sem ônus para a Administração.

5.3. Os equipamentos deverão apresentar capacidade de processamento, memória, armazenamento e compatibilidade com os sistemas utilizados na Prefeitura, (Windows/Microsoft Word, Excel, Power Point, navegadores de internet), garantia e assistência técnica adequadas, para assegurar a eficiência operacional.

5.4. Os equipamentos deverão conter certificações reconhecidas aplicáveis aos produtos ofertados, tais como certificação do INMETRO, RoHS ou equivalentes, que atestem, conforme o caso, a conformidade regulatória, a eficiência energética e a restrição ao uso de substâncias perigosas, em consonância com práticas de sustentabilidade ambiental.

5.5. Os equipamentos, considerando a marca e modelo apresentados na Proposta, não poderão estar fora de linha comercial.

5.6. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

5.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização da CPL, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

5.8. Entrega e Prazo de Entrega

5.8.1. Os equipamentos deverão ser entregues na Avenida dos Holandeses, nº 1, quadra 36, lotes 1 a 14, Shopping do Automóvel, Calhau, CEP 65071-380, São Luís/MA, de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e às sextas-feiras, das 8h às 12h.

5.8.2. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

5.9. Vigência da Contratação

5.9.1. O prazo de vigência desta contratação será de 12 meses, contados da assinatura do contrato.

5.9.2. Para o serviço de garantia técnica on-site, o prazo de vigência é de 24 meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto pela CPL.

5.9.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído nos períodos firmados acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratada, que serão previstas no Termo de Referência.

5.10. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.10.1. Deverá ser observado os seguintes critérios de sustentabilidade:

- Eficiência energética dos equipamentos, visando à racionalização do consumo de energia elétrica;
- Adequação dos equipamentos ao uso corporativo, de modo a favorecer maior durabilidade e redução de substituições frequentes;
- Utilização de materiais e componentes que apresentem menor impacto ambiental, quando aplicável;
- Adoção de embalagens em conformidade com boas práticas ambientais, sempre que disponíveis no mercado;
- Possibilidade de descarte ou destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil dos equipamentos, conforme a legislação vigente.

5.11. Natureza da Contratação

5.11.1. A presente contratação possui natureza de aquisição de bens, consistindo no fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação, compreendendo notebooks, desktops e monitores acompanhados de garantia técnica on site pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

5.11.2. A garantia on site constitui obrigação acessória vinculada ao fornecimento dos equipamentos, não caracterizando prestação de serviços de forma contínua, uma vez que não envolve dedicação exclusiva ou contínua de mão de obra, tampouco demanda execução permanente de atividades pela contratada, restringindo-se à eventual assistência técnica durante o prazo de garantia.

5.11.3. Trata-se, portanto, de aquisição com entrega integral, ainda que contenha obrigações futuras relacionadas à garantia contratual, não se enquadrando como serviço contínuo para fins do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

5.11.4. O objeto é classificado como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.12. Garantia Técnica, Suporte e Atendimento On Site

5.12.1. Durante o prazo de garantia técnica de 24 (vinte e quatro) meses, a empresa deverá assegurar assistência técnica on site, a ser prestada sob demanda, mediante abertura de chamado pela CPL, destinada à correção de falhas, defeitos ou vícios de funcionamento dos equipamentos fornecidos.

5.12.2. O acionamento da garantia deverá ocorrer por meio de canais oficiais disponibilizados pela Central, tais como telefone, WhatsApp e/ou correio eletrônico, em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h.

5.12.3. O prazo máximo para início do atendimento técnico on site será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do registro do chamado.

5.12.4. Prazos para solução:

5.12.4.1. Não sendo possível a resolução do problema no primeiro atendimento técnico, a empresa deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, disponibilizar equipamento substituído com configurações equivalentes ou superiores ao equipamento defeituoso, sem qualquer ônus adicional para a CPL.

5.12.4.2. O prazo máximo para a solução definitiva do problema será de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data do primeiro atendimento técnico.

5.12.4.3. Após a solução definitiva, o equipamento original deverá ser devolvido à CPL em perfeitas condições de funcionamento, permanecendo vigente o prazo de garantia remanescente.

6. DA ESPECIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. A estimativa das quantidades foi realizada com base no levantamento *in locu* das necessidades atuais e futuras da Central Permanente de Licitação - CPL, conforme apresentado pela Coordenação de Processamento de Dados – CPD, registrado no documento (ID:3472244).

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	NOTEBOOK MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR TELA: 15" POLEGADAS SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	626072	UNIDADE	01
2	DESKTOP MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR ENTRADAS: HDMI, DISPLAYPORT, USB, ETHERNET CONECTIVIDADE: WI-FI (2,4GHZ E 5GHZ) ALTO-FALANTE: SIM SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	624471	UNIDADE	07
3	MONITOR TAMANHO: 27" POLEGADAS BRILHO: 300 cd/m² VESA: 100x100 ILUMINAÇÃO: W-LED TIPO DE MONITOR: CONVENCIONAL TECNOLOGIA DE PAINEL: IPS TAXA DE ATUALIZAÇÃO/RESOLUÇÃO: 1920x1080p A 60Hz OU SUPERIOR AJUSTES: PIVÔ (ROTAÇÃO), PLATAFORMA GIRATÓRIA, INCLINAÇÃO, ALTURA ENTRADAS: HDMI, VGA, DISPLAYPORT E DVI TEMPO DE RESPOSTA: 4MS COR: PRETO USB: MÍNIMO 2 FORMATO DA TELA: PLANA PROPORÇÃO DE TELA: 16:9 - WIDESCREEN ENTRADA DE ÁUDIO: 1 (UM) ALTO-FALANTE: SIM HDR:HDR MODE GARANTIA: 24 MESES ON SITEENTRADA DE ÁUDIO: 1 (UM) ALTO-FALANTE: SIM HDR:HDR MODE GARANTIA: 24 MESES ON SITE	626432	UNIDADE	14

6.2. Da alteração superveniente da necessidade

6.2.1. Registra-se que, à época da elaboração do Documento de Formalização de Demanda – DFD, havia a necessidade de aquisição de computadores desktop acompanhados de monitores, bem como de monitores de 24 (vinte e quatro) polegadas, conforme levantamento realizado pela Coordenação de Processamento de Dados – CPD (ID 3414309).

6.2.2. Entretanto, no curso da instrução processual, sobreveio fato superveniente consistente na doação de monitores compatíveis com as especificações técnicas inicialmente previstas, os quais passaram a suprir a demanda anteriormente identificada para os equipamentos de 24 (vinte e quatro) polegadas, bem como a necessidade de fornecimento de monitor juntamente com os computadores desktop.

6.2.3. Diante desse cenário, restou evidenciado que não mais subsiste a necessidade de que os computadores desktop sejam fornecidos acompanhados de monitor, sendo suficiente a contratação apenas das unidades de processamento (desktop).

6.2.4. Da mesma forma, resta inviabilizada a contratação dos monitores de 24 (vinte e quatro) polegadas, por perda superveniente do interesse público, uma vez que a demanda anteriormente identificada passou a ser atendida pelos equipamentos recebidos por doação, impondo-se a exclusão desses itens do objeto da contratação.

6.2.5. Quanto aos monitores de 27 (vinte e sete) polegadas, permanece a necessidade de contratação, considerando que a quantidade de equipamentos recebidos por doação não se mostrou suficiente para atender integralmente à demanda administrativa, mantendo-se, portanto, hígido o interesse público na aquisição desse item, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos apresentados, foi realizado o levantamento de mercado, sendo identificadas as seguintes características:

I – O objeto possui contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, não se tratando, portanto, de demanda exclusiva ou incomum ao mercado fornecedor;

II – Não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou soluções inovadoras que atendessem de forma mais adequada às necessidades da Administração.

7.2. Cenário 1 – Aquisição de novos equipamentos

Neste cenário, o objetivo central consiste em identificar a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando a adequada relação custo-benefício, a qualidade dos equipamentos e sua compatibilidade com as necessidades operacionais do órgão.

A aquisição de equipamentos novos atende diretamente a esses critérios, uma vez que possibilita o acesso imediato a tecnologia atualizada, acompanhada de garantia do fabricante, o que resulta em maior eficiência, confiabilidade operacional e menor custo de manutenção inicial, tornando a solução financeiramente vantajosa no médio e longo prazo.

Outro benefício relevante é a possibilidade de customização dos equipamentos conforme as necessidades específicas do órgão, assegurando adequado alinhamento aos seus processos internos e maximizando o retorno do investimento. Ademais, os bens passam a integrar o patrimônio público, permitindo gestão, controle e rastreabilidade direta dos ativos.

Por fim, a internalização dos equipamentos promove maior autonomia operacional e reduz a dependência de terceiros, conferindo à Administração maior controle sobre prazos, qualidade e disponibilidade dos recursos tecnológicos.

7.3. Cenário 2 - Locação de equipamentos com manutenção corretiva inclusa

A locação de equipamentos de tecnologia da informação, acompanhada de manutenção corretiva, apresenta-se como alternativa voltada à redução da imobilização de capital público, substituindo a aquisição direta por um modelo contratual de natureza continuada.

Essa solução abrange tanto a disponibilização dos equipamentos quanto a execução dos serviços de manutenção corretiva, inclusive com eventual substituição dos bens em caso de falhas, assegurando a continuidade das atividades administrativas.

Como reflexo, há maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos passam a ser convertidos em pagamentos periódicos previamente definidos, facilitando o planejamento financeiro da Administração.

Tal modelagem revela-se especialmente adequada para demandas temporárias ou de curto prazo, pois combina agilidade, suporte técnico especializado e otimização de recursos, sem a necessidade de investimento inicial elevado.

7.4. Cenário 3 - Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação

A alternativa de locação sem manutenção inclusa também permite o acesso a equipamentos tecnologicamente atualizados, ao mesmo tempo em que reduz os riscos relacionados à obsolescência tecnológica.

Essa estratégia contribui para a racionalização dos recursos públicos, possibilitando a utilização de bens modernos sem a necessidade de grandes investimentos iniciais. Contudo, a ausência de manutenção corretiva transfere à Administração a responsabilidade pela gestão técnica dos equipamentos, o que pode impactar os custos operacionais e a continuidade dos serviços.

Dessa forma, embora apresente vantagens sob o aspecto financeiro inicial, essa opção demanda análise criteriosa quanto à capacidade interna de suporte técnico e aos riscos operacionais envolvidos.

EMPRESAS CONFORME MERCADO		
CENÁRIO 1	FORNECEDOR	FONTE
Aquisição de novos equipamentos	1 - R H P COMPUTADORES LTDA	PNCP (https://pncp.gov.br/app/contratos?q=&pagina=1)
	2- BIANK JUVENAL DE LIMA LTDA - ME	
	3 - BD INFORMATICA LTDA	
	4- PAULO FRANTCHESCO LELIS MARIANO DA CUNHA ME	

EMPRESAS CONFORME MERCADO		
CENÁRIO 2	FORNECEDOR	FONTE
Locação de equipamentos com manutenção corretiva inclusa	1- MAGNA SERVICOS DE MANUTENCAO EM INFORMATICA LTDA	PNCP (https://pncp.gov.br/app/contratos?q=&pagina=1)
	2 – AALLFAX TELECOMUNICACOES LTDA	
	3 – TRANSFER SERVIÇOS DE ENERGIA EIRELI	

EMPRESAS CONFORME MERCADO		
CENÁRIO 3	FORNECEDOR	FONTE
Locação de equipamentos de informática	1- LOCDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA-ME	PNCP (https://pncp.gov.br/app/contratos?q=&pagina=1)
	2 – GDAI INDÚSTRIA E COMÉRCIO ELETRÔNICOS LTDA	
	3 – AALLFAX TELECOMUNICACOES LTDA	

7.5. Conclusão

7.5.1. De acordo com os cenários apresentados acima, aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, revela-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, especialmente em razão da incorporação dos bens ao patrimônio do órgão e do uso prolongado previsto.

7.5.2. Sob o aspecto operacional, a aquisição também se mostra mais adequada, uma vez que os equipamentos contarão com garantia técnica on site pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e quaisquer problemas que comprometam a plena usabilidade dos bens, incluindo assistência técnica, substituição de peças e, quando necessário, a troca do equipamento, sem ônus para a Administração.

7.5.3. Dessa forma, a aquisição de novos equipamentos configura-se como a solução mais viável sob os aspectos econômico, técnico e operacional, atendendo de maneira adequada às necessidades institucionais da Administração Pública.

8. ESTIMATIVA DO VALOR

8.1. Foi realizada pesquisa direta com fornecedores do ramo pertinente ao objeto, mediante solicitação formal de orçamento, contendo descrição do item, quantitativo, valor unitário, valor total e condições comerciais, nos termos do art. 5º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 65/2021.

8.2. Os valores referem-se a preços praticados no período de 1 (um) ano e podem sofrer variação conforme região, forma de pagamento, volume adquirido e incidência de tributos.

8.3. Justificativa para divergência entre o valor previsto no DFD e o valor estimado

8.3.1. O Documento de Formalização da Demanda – DFD estimou inicialmente o valor global da contratação em R\$ 121.992,00 (cento e vinte e um mil, novecentos e noventa e dois reais), com base em parâmetros vigentes à época de sua elaboração.

8.3.2. Entretanto, a pesquisa de mercado destinada à formação do preço estimado foi realizada aproximadamente 01 (um) ano após a elaboração do DFD, mediante coleta formal de propostas junto a fornecedores do ramo pertinente, refletindo, portanto, os valores atualizados praticados no mercado.

8.3.3. Como resultado da pesquisa, o valor estimado da contratação foi apurado em R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais), representando acréscimo de aproximadamente 1,71% em relação ao valor inicialmente previsto no DFD.

8.3.4. Ressalta-se que a variação verificada é moderada e compatível com as oscilações normais de mercado no período considerado, não configurando sobrepreço, mas mera atualização dos valores para adequação à realidade econômica atual.

8.3.5. Dessa forma, o valor estimado considerado para fins de instrução do procedimento licitatório é aquele apurado mediante pesquisa de mercado atualizada, por refletir com maior precisão os preços efetivamente praticados, em observância aos princípios do planejamento, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.4. Assim, obtivemos os seguintes dados estimativos:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO								
Item	Descrição	Unidade	Quant	VALOR 1	VALOR 2	VALOR 3	APURAÇÃO	VALOR TOTAL
1	NOTEBOOK MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR TELA: 15” POLEGADAS SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE	UNIDADE	1	9.513,56	8.668,50	8.950,00	9.044,02	R\$ 9.044,02
2	DESKTOP MEMÓRIA RAM: 16GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 04 A 08 OU	UNIDADE	7	11.156,43	9.999,00	10.150,00	10.435,14	R\$ 73.045,98

	SUPERIOR ARMAZENAMENTO: SSD 480GB OU SUPERIOR ENTRADAS: HDMI, DISPLAYPORT, USB, ETHERNET CONECTIVIDADE: WI-FI (2,4GHZ E 5GHZ) ALTO-FALANTE: SIM SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO LICENCIADO GARANTIA: 24 MESES ON SITE							
3	MONITOR TAMANHO: 27" POLEGADAS BRILHO: 300 cd/m² VESA: 100x100 ILUMINAÇÃO: W-LED TIPO DE MONITOR: CONVENCIONAL TECNOLOGIA DE PAINEL: IPS TAXA DE ATUALIZAÇÃO/RESOLUÇÃO: 1920x1080p A 60Hz OU SUPERIOR AJUSTES: PIVÔ (ROTAÇÃO), PLATAFORMA GIRATÓRIA, INCLINAÇÃO, ALTURA ENTRADAS: HDMI, VGA, DISPLAYPORT E DVI TEMPO DE RESPOSTA: 4MS COR: PRETO USB: MÍNIMO 2 FORMATO DA TELA: PLANA PROPORÇÃO DE TELA: 16:9 - WIDESCREEN ENTRADA DE ÁUDIO: 1 (UM) ALTO-FALANTE: SIM HDR:HDR MODE GARANTIA: 24 MESES ON SITE	UNIDADE	14	2.046,75	3.590,00	2.999,00	2.999,00	R\$ 41.986,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$):							124.076,00	

8.5. O valor total estimado é de **R\$ 124.076,00 (cento e vinte e quatro mil e setenta e seis reais)**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A escolha pela aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, por meio de Pregão Eletrônico, visa garantir o pleno atendimento das demandas da CPL, assegurando um nível de desempenho adequado às exigências de um ambiente corporativo de alta complexidade. A aquisição permitirá que os setores da CPL desempenhem suas atividades com maior eficiência, estabilidade e segurança operacional.

9.2. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, com garantia on site de 24 (vinte e quatro) meses fornecida pelo fornecedor, contados a partir da data de entrega. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e demais problemas que comprometam a usabilidade do produto, com assistência técnica e substituição de peças ou do item, quando necessário, sem ônus para a Administração.

9.3. O frete e todos os encargos relacionados à entrega dos equipamentos no local indicado pela Administração serão de responsabilidade da empresa fornecedora, e deverão estar incluídos no valor unitário dos produtos.

9.4. A contratação buscará garantir:

- a) Novos equipamentos de informática para o uso dos servidores;
- b) A aquisição de equipamentos com padrões mínimos de qualidade, devidamente especificados;
- c) A observância de critérios de sustentabilidade, com priorização de produtos com menor impacto ambiental, sempre que possível;
- d) A melhoria da eficiência na gestão de suprimentos, com redução de aquisições emergenciais, otimização de recursos públicos e mitigação de riscos operacionais.

9.5. A realização da licitação por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, para a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação (notebooks, desktops e monitores) destinados ao atendimento das necessidades da Central Permanente de Licitação – CPL, apresenta relevantes vantagens para a Administração Pública, ao ampliar a competitividade entre os fornecedores, possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas, assegurar maior transparência ao certame e garantir a seleção da proposta que melhor atenda aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

9.6. Assim, a solução escolhida atende integralmente às necessidades identificadas, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e transparência, assegurando que a Administração atenda à demanda de forma célere, eficaz e responsável, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

10. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Os equipamentos em epígrafe serão contratados de forma individualizada, considerando suas características específicas e finalidades distintas, o que justifica a adoção da licitação por item, possibilitando maior competitividade, economicidade e adequação às necessidades do órgão.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, pretende-se assegurar a adequada infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da CPL, garantindo suporte às atividades administrativas, operacionais e aos sistemas utilizados na condução dos procedimentos licitatórios.

11.2. Espera-se, como resultado, a modernização e a adequação do parque tecnológico da CPL, com equipamentos compatíveis com as demandas atuais de desempenho, segurança da informação e continuidade dos serviços, reduzindo riscos de falhas operacionais decorrentes da obsolescência tecnológica.

11.3. A contratação visa promover maior eficiência administrativa, por meio da melhoria das condições de trabalho, da otimização dos fluxos internos e do adequado suporte às atividades desempenhadas pela unidade, contribuindo para o cumprimento dos prazos e das rotinas institucionais.

11.4. Busca-se, ainda, a racionalização dos recursos públicos, mediante a aquisição de equipamentos adequados ao uso corporativo, com maior durabilidade e menor necessidade de substituições frequentes, em consonância com os princípios da economicidade e do planejamento.

11.5. De forma complementar, pretende-se assegurar compatibilidade tecnológica com os sistemas institucionais em uso, bem como condições adequadas para futuras atualizações, sem prejuízo à continuidade das atividades da Central Permanente de Licitação – CPL.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

12.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, quer relacionados à capacidade de servidores/empregados, quer em relação à adequação do ambiente da organização.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Os equipamentos a serem contratados contemplam todas as especificações e requisitos necessários para atender adequadamente às necessidades do órgão, assegurando a disponibilidade, a compatibilidade e a qualidade dos bens utilizados nas atividades institucionais. A empresa contratada será responsável por todo o processo de fornecimento, incluindo entrega, acondicionamento, observância dos padrões de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

13.2. Dessa forma, a contratação poderá ser executada de maneira autônoma, não havendo dependência de outros contratos ou serviços complementares para o pleno atendimento da demanda, o que assegura eficiência, regularidade e continuidade das atividades administrativas.

14. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Substituição de equipamentos e obsolescência tecnológica pode resultar na geração de resíduos eletrônicos, os quais podem conter substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente.

Medidas mitigadoras: adoção de práticas de gestão de resíduos eletrônicos, incluindo descarte e destinação ambientalmente adequados, em conformidade com a legislação vigente.

14.2. O uso contínuo de equipamentos de tecnologia da informação, pode elevar o consumo de energia elétrica, gerando impactos ambientais indiretos.

Medidas mitigadoras:

- a) Preferência por equipamentos com maior eficiência energética;

b) Adoção de práticas administrativas de uso racional de energia.

14.3. A utilização de materiais com maior impacto ambiental na fabricação dos equipamentos pode contribuir para a degradação ambiental.

Medidas mitigadoras: incentivo à aquisição de equipamentos fabricados com materiais recicláveis ou reciclados, quando disponíveis no mercado.

14.4. Equipamentos com baixa durabilidade ou obsolescência precoce podem aumentar o volume de resíduos eletrônicos.

Medidas mitigadoras:

a) Preferência por equipamentos com maior vida útil e assistência técnica disponível;

b) Observância das normas ambientais aplicáveis ao descarte de resíduos eletrônicos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

15.1. As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos **DECLARAR** que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

15.2. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente as demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

16. ANEXOS

16.1. Integram o presente Estudo Técnico Preliminar os seguintes anexos que serviram como apoio para sua elaboração:

16.2. ANEXO I: CONTRATATAÇÕES SIMILARES PNCP.

16.3. ANEXO II: PESQUISA DE PREÇOS.

16.4. ANEXO III: E-mail do Setor CAF informando recebimento de monitores de 24" e Termo de Entrega - SEMIT.

16.56 ANEXO IV: E-mail do Setor CAF contendo manifestação técnica acerca da conformidade das pesquisas de preços.

Myrian Waléria Rodrigues de Vasconcelos
Assessora de Planejamento Estratégico – APE/CPL
Matrícula: 6468703
Márcia Amanda Freitas Moraes
Assessora de Planejamento Estratégico - APE/CPL
Matrícula: 6468715
Renato Pinheiro Maramaldo
Assessor de Planejamento Estratégico - APE/CPL
Matrícula: 6469663



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Myrian Waleria Rodrigues de Vasconcelos, Assessora**, em 19/03/2026, às 08:18, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Márcia Amanda Freitas Moraes, Assessora**, em 19/03/2026, às 08:51, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Renato Pinheiro Maramaldo, Assessor**, em 19/03/2026, às 10:01, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3504418** e o código CRC **8A12796F**.